

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 28-11-2019.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. A seguir, a Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Kátia Henriques, da Associação Amigos Solidários, que se pronunciou acerca do Projeto de Lei do Executivo nº 027/19, que regulamenta o serviço de utilidade pública de transporte escolar no Município de Porto Alegre. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Adeli Sell, João Bosco Vaz, Mendes Ribeiro, Aldacir Oliboni, João Carlos Nedel, Prof. Alex Fraga, Felipe Camozzato e Dr. Goulart manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Paulinho Motorista. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e oito minutos às quatorze horas e quarenta e nove minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Adeli Sell, duas vezes. Após, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do Dia do Marinheiro, nos termos do Requerimento nº 031/19 (Processo nº 0125/19), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: Mônica Leal e Reginaldo Pujol, presidindo os trabalhos; Rafael Silva dos Santos, Capitão dos Portos de Porto Alegre; Rogério da Silva Costa, representando o Comando Militar do Sul; Itamar Souza dos Reis, representando a Ala 3 da Aeronáutica; Paulo Roberto Mendes Rodrigues, Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul; Raul Loureiro Queiroz, Superintendente Estadual da Agência Brasileira de Inteligência. Em prosseguimento, foi executado o Hino Nacional. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Mônica Leal, em nome da Mesa Diretora. Também, Rafael Silva dos Santos pronunciou-se acerca da presente solenidade. A seguir, foram executados a Canção do Cisne Branco e o Hino Rio-Grandense. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quarenta e sete minutos às quinze horas e cinquenta e dois minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Mendes Ribeiro, Valter Nagelstein, em tempo cedido por Cláudia Araújo, Comandante Nádia, em tempo cedido por Alvoní Medina, Engº Comassetto e Engº Comassetto, em tempo cedido por Reginaldo Pujol. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Lourdes Sprenger, Cassiá Carpes e Hamilton Sossmeier. Na oportunidade, foi apregoado o Ofício nº 997/19, do Prefeito, solicitando a retirada de

tramitação do Projeto de Lei do Executivo nº 006/19 (Processo nº 0275/19). Também, foram apregoados os Ofícios nºs 996, 1004, 998, 999, 1000, 1002 e 1003/19, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 018 e 019/19 e os Projetos de Lei do Executivo nºs 031, 032, 033, 034 e 035/19 (Processos nºs 0603, 0606, 0604, 0605, 0607, 0608 e 0609/19, respectivamente). Ainda, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Hamilton Sossmeier, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 016 e 017/19, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 019, 230 e 234/19, os Projetos de Lei do Executivo nºs 026 e 030/19 e os Projetos de Resolução nºs 048, 049 e 051/19. Às dezesseis horas e cinquenta e três minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e Reginaldo Pujol e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Amigos Solidários, que tratará de assunto relativo ao PLE nº 027/19, que trata da regulamentação do transporte escolar em Porto Alegre. A Sra. Kátia Henriques está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. KÁTIA HENRIQUES: Boa tarde, Sra. Presidente Mônica Leal; boa tarde, senhoras vereadoras, senhores vereadores e demais presentes; hoje estamos aqui para juntos demonstrarmos e comprovarmos a importância do transporte escolar regularizado dentro do município de Porto Alegre. Segundo estatísticas observadas pelos órgãos competentes, o transporte escolar de Porto Alegre é o meio mais seguro em todo o Brasil. O índice de acidentes com vítimas fatais é zero. Para conduzir um veículo de transporte escolar, o cidadão autorizatário deve ter habilitação profissional categoria D, não apresentar antecedentes criminais, ofertar, de período em período, exames toxicológicos e cursos junto ao Detran. O veículo, por sua vez, apresenta a padronização visual com identificação numérica individual, ou seja, cada veículo possui um prefixo próprio. O mesmo é fiscalizado regularmente pela administração direta, a EPTC, que controla e fiscaliza o serviço de transporte escolar e seus condutores dentro do município de Porto Alegre. Cada veículo é cadastrado por alvará e autorizado a executar suas atividades no itinerário residência/escola e vice-versa diariamente, num percurso seguro, confortável, contínuo, com alunos e professores de inúmeros estabelecimentos de educação dentro do município de Porto Alegre.

Sem dúvida nenhuma, nosso trabalho é conduzirmos por longos percursos e período o bem mais precioso de todas as famílias: seus filhos, seus netos, sobrinhos. A

criança, o adolescente sai de sua casa, deixando seus familiares com a certeza da segurança, do conforto, da tranquilidade, do amor e do respeito que um profissional qualificado como nós, “Tios da Van”, temos a ofertar diariamente. Fazendo por muitas vezes o papel de conselheiros e amigo presente na vida de cada um, de cada família. Ser transportador escolar é mais que uma profissão, é um trabalho realizado com todo nosso esmero, pois também somos pais, mães e muitos já avós. Sabemos do valor afetivo de cada vida que ali encontra-se. Por isso, nossa missão é estar sempre com todas as nossas obrigações de trabalho veicular e do motorista em dia, sem opção de erro. Diariamente, desde muito cedo, geralmente por volta das 5h30min da manhã, até por volta da meia-noite, estamos ali, diante da direção de nossas vans, onde com fé e capacitação, responsabilidade e muita dedicação, saímos de nossos lares, do seio familiar, para enfrentarmos um trânsito repleto de surpresas, mas com a certeza de que faremos o nosso melhor, sempre. Diante disso, hoje caros vereadores, pais, mães, cidadãos que prezam o bem-estar e a segurança de nossas crianças, estamos aqui para apresentar o nosso Projeto de Lei – PL nº 027, com suas emendas para vossa apreciação. Tramitam nesta Casa oito emendas, as quais prezam pela continuidade do nosso ofício com transparência, segurança e legitimidade. São elas: Emenda nº 01 – art. 8º – Trata-se da Taxa de Gerenciamento Operacional (TGO), alterando o disposto de 15 para 10 UFMs por prefixo no período de fevereiro a dezembro, com pagamentos mensais, em favor do exercício da EPTC; Emenda nº 02 – art. 13º – Uso do GPS, sendo um a ferramenta completamente ineficaz diante da realidade do trabalho executado, pois cada transporte escolar possui itinerário fixo, passageiros fixos e horários fixos. O percurso é diário e de modo igual diariamente entre residência e escola, com contrato específico entre as partes responsáveis; Emenda nº 03 – Inclua-se: Parada livre do veículo escolar nas vias de Porto Alegre. Entendemos que não há valor a vida, sendo que veículos de transporte de valores (dinheiro) possuem a prerrogativa de livre parada; Emenda nº 04 – art. 5º – Por erro material, usou-se a expressão “transporte fretado de passageiros”, onde deve-se ler “transporte escolar”; Emenda nº 05 – art. 16º – Exclui-se, no art. 16º, o termo “e viagens”, uma vez que esta operação não nos é cabível; Emenda nº 06 – art. 17º – Altera-se o valor das infrações administrativas leves, médias e graves. O modal escolar é o que possui as maiores taxas em comparação com todos os demais, é o que sofre maior oneração. Emenda nº 07 – art. 7º – Trata-se em expandir aos herdeiros o direito à continuidade do trabalho de transporte escolar e sustento da família do autorizatário, tanto com perda da capacidade civil como por seu falecimento inesperado. Entendemos que cada cidadão, ao exercer a atividade de transportador escolar dentro deste Município, ao longo de muitos anos, muitos por toda uma vida, adquirindo regularmente veículos novos, pagando todas as onerações necessárias para a execução do seu ofício com excelência, transparência e responsabilidade. Entendemos que, diante de uma perda irreversível do ente, a continuidade da prestação do serviço por seus herdeiros é legítima, absurdamente justa e necessária.

Emenda nº 08, inclui-se faixa azul. Autorizar o tráfego de veículo escolar dentro da faixa azul oportuniza a agilidade, a eficiência, a segurança e a trafegabilidade. Todos sabem que o trânsito em Porto Alegre, em horários de pico, em muitas vias, é

intransitável. As crianças têm o direito de ir e vir para a escola e residência com segurança e conforto, não podendo ficarem parados no congestionamento por horas dentro do veículo escolar. Outrossim, o modal escolar é o único transporte de utilidade pública que não está autorizado a trafegar na faixa azul.

Sendo assim, Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores e demais colegas do transporte escolar, com todos estes apontamentos relevantes para o exercício das nossas atividades, onde o foco principal será sempre a qualidade junto da segurança de nossas crianças, contamos com o apoio de cada excelência aqui presente para a apreciação, observância e concordância com a aprovação do projeto de lei que regulamenta o serviço de utilidade pública de transporte escolar no Município de Porto Alegre, previsto em lei municipal de nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998, e suas emendas aqui apresentadas por esta comissão, aqui representada por mim, Kátia Henriques, autorizatória de transporte escolar há 23 anos.

Desde já agradecemos a atenção dispensada à categoria de transportadores por cada vereador da Casa aqui presente. Nosso muito obrigada a todos. Que tenhamos uma excelente tarde de trabalho. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convidamos a Sra. Kátia Henriques a fazer parte da Mesa.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Aproveito, Sra. Presidente, caros visitantes, nossa digna oradora, dizer que a bancada do Partido dos Trabalhadores, composta pelos vereadores Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa, Engº Comassetto e por este vereador, debruçou-se sobre esta proposição. Temos a convicção de que temos que marchar, decididamente, com a categoria dos transportadores de escolares, no rumo apontado pela senhora nesta tribuna, porque o que está em jogo é a dignidade das crianças, o que está em jogo é a segurança das crianças, o que está em jogo são vidas, e nós vamos juntar todas as forças, independentemente de partidos políticos, de situação ou oposição, porque não podemos nos dividir neste momento, para que a gente possa assinar coletivamente as emendas necessárias para que vocês possam continuar esse tipo de transporte. É um transporte autorizatário, precisa ter livre independência de contratualização com os colégios e pais de alunos. Nós, portanto, temos concordância com vossas preocupações; não é jogo de plenário, é compromisso com a vida, é compromisso com o transporte coletivo de Porto Alegre que hoje sofre penúrias incríveis. E nós estamos juntos nesta peleja, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, estamos sensibilizados com o apelo que vocês têm feito, com a preocupação que os senhores têm com relação a esse projeto. Fui, inclusive, procurado por um amigo, que é da categoria de vocês – nem sei se o Marcelo está aí? E nós estamos estudando isso aí, porque é preciso levar em consideração a responsabilidade que os senhores têm, a qualidade do serviço que os senhores e as senhoras apresentam, e o mais importante, que digo sempre: por que mexer onde está dando certo. Se está funcionando há anos, se as pessoas estão satisfeitas com o serviço oferecido, por que mexer? Qual a intenção? Onde chegar? Podem contar comigo, com meu apoio – estamos envolvidos e preocupados com isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Presidente, quero me somar às palavras do Ver. Adeli Sell e do Ver. João Bosco Vaz. Este é um projeto extremamente delicado e sensível, pois mexe com a vida de famílias que trabalham nesse setor há muito tempo e com as nossas crianças. O que o Ver. João Bosco Vaz falou aqui, eu quero repetir: a gente gosta de mexer em muitas coisas que estão dando certo, claro que a tendência é para melhorar, mas, às vezes, a gente pode piorar. Então é um assunto que demanda estudo, atenção e cuidado. Vocês podem certeza que este vereador, para tomar qualquer decisão a este projeto, vai debater muito, vai dialogar muito e vai estudar muito. Então, contém comigo no que eu puder colaborar, ajudar, porque várias pessoas já me procuraram também para tratar deste tema, e eu estou à disposição para ouvi-las e poder ajudá-las naquilo que for necessário. Muito obrigado, e parabéns. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nobre Presidenta, Ver.^a Mônica Leal; a nossa convidada da Associação dos Amigos Solidários, Kátia Henriques, seja bem-vinda. O tema trazido pela Kátia, nobre Presidenta, é sobre a regulamentação do transporte escolar de Porto Alegre e sobre o projeto de lei que ora está tramitando aqui na Casa. Pelo que nós recebemos aqui, ele não só está complicando a vida, vamos dizer assim, de quem hoje vive do transporte escolar, mas também pode complicar muito mais para quem eles trabalham, para as crianças e adolescentes. Nesse sentido, infelizmente, o governo tem onerado, cada vez mais, parte da população, ao invés de poder beneficiá-la, à medida que eles têm uma concessão de transporte e

gastaram muito dinheiro, gastaram muito para poder se adequar a essa legislação. Parece que o governo não está muito sensível a isso, mas eu queria propor a V. Exa., antes de votar o projeto de lei, nobre Presidenta, que a gente fizesse ou uma reunião com as comissões para detalhar e apresentar as emendas ora propostas, num acordo formal da Casa, ou a Mesa Diretora chamasse uma audiência pública para tratar do tema porque ele não pode ser votado da forma como chegou aqui. Parabéns e bem-vinda.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Quero cumprimentar e dizer que a bancada do Partido Progressista, da nossa Presidente Mônica Leal, do Ver. Cassiá Carpes, do Ver. Ricardo Gomes e minha, está também solidária. Nós já fizemos reunião na nossa bancada e já sintonizamos, já entendemos e estamos totalmente favoráveis. Porque o transporte escolar aqui em Porto Alegre é a segurança do futuro da nossa cidade e eu sei que é muito prestado esse serviço. Há tentativas de desvirtuar esse bom trabalho, mas nós não vamos permitir isso. Eu sei que vocês trabalham corretamente e vão continuar assim com o nosso apoio, certamente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, Kátia, boa tarde aos transportadores escolares que se encontram nas nossas galerias neste momento. Falo em nome da minha bancada, a bancada do PSOL. O nosso partido apoia o pleito de vocês e acredita que muitos pontos desse projeto poderiam não trazer um debate um pouco mais acirrado como o que nós temos exposto por ti e ouvido por nós, se houvesse o mínimo de tentativa de diálogo aberto e construção democrática. Mas, infelizmente, não é prática deste governo, não é prática deste prefeito e da sua equipe, porque nós sabemos que o serviço de transporte de passageiro escolar prestado em Porto Alegre é de boa qualidade. Nós não temos grandes críticas, a população aceita muito bem. Se existem modificações para fazer, se o prefeito, se o secretário, se a equipe da EPTC tem sugestões, que chamassem os transportadores, que chamassem os pais e mães que usam esse modal de transporte para uma conversa aberta, franca e ampla, mas não foi o que aconteceu. Uma dessas imposições inexplicáveis é a imposição de colocação de GPS em um veículo particular. Isso é irracional, isso não tem cabimento. Portanto, nós somos solidários ao pleito de vocês. Parabéns, muito obrigado pela presença aqui no plenário.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente, boa tarde, Kátia e a todos os transportadores escolares, empreendedores importantes da nossa cidade. Eu queria fazer uma fala trazendo uma lembrança. O prefeito Marchezan, logo no início do seu governo, falou que queria transformar o táxi de Porto Alegre no melhor táxi do Brasil, e criou um projeto com uma série de regulamentações, regramentos e novas burocracias que, na verdade poderia, potencialmente, destruir com o táxi em Porto Alegre. Esta Câmara resguardou a liberdade do taxista, resguardou a livre iniciativa e aquilo que nós entendemos que é o melhor para o empreendedor e, também, para o consumidor, que é ter liberdade para escolher como devem ser transportados seus filhos e quem é que vai fornecer esse serviço. Eu vejo o mesmo acontecendo com este projeto e lamento muito, porque é uma intervenção excessiva, criam-se burocracias, atrapalha um setor que funcionam muito bem e, infelizmente, não se dialoga, como já foi apontado por alguns dos meus colegas.

Gostaria, inclusive, aproveitando a fala do Vereador do PSOL, que o PSOL tivesse essa mesma posição, quando, novamente, tenta alterar as regras dos aplicativos de transporte que, também, padecem do mesmo problema: excesso de intervenção estatal num serviço que o mercado deveria determinar e que hoje atende muito bem. Então, o Partido NOVO é solidário com a pauta de vocês. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR. DR. GOULART (PTB): Boa tarde Presidenta, boa tarde D. Kátia. É com satisfação que venho fazer essa saudação em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, em nome do nosso querido Ver. Paulinho Brum, do Marcantônio, do Cassio, o nosso líder, e em meu nome, Dr. Goulart.

Fico me lembrando, enquanto vocês falam, da importância e do meu descanso em saber que o meu filhinho, de 16 anos, que vai para o Província de São Pedro e que volta de noitezinha, tem um carinho extremo, desde os três anos de idade, desde o maternal, até agora, no último ano, o meu filhinho tem o cuidado do seu carregador de transporte.

Então, venho aqui dizer o seguinte: muito obrigado pelo trabalho que vocês prestam. O meu filho, tratado por vocês, é um descanso para mim e para a mãe dele, Viviane. Em nome do nosso querido partido, vida longa, muito obrigado, estamos ao lado de vocês.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu me debrucei sobre este projeto, recebi na minha sala e quero dizer que o interesse desses condutores, devidamente regulamentados, é que esse projeto seja aprovado com as 8 emendas, pois têm por objetivo coibir os condutores clandestinos. Esse é o objetivo das pessoas que aqui estão. Foi isso o que eu entendi. Então, nós precisamos, sim, aprovar o projeto com as 8 emendas, para que as nossas crianças, os nossos jovens, a vida dessas crianças e desses jovens, que são o nosso bem maior, esteja em segurança - esse é o objetivo.

O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Sra. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores; boa tarde, Kátia, da Associação dos Amigos Solidários; saúdo o pessoal do transporte escolar que nos assiste, o pessoal que nos assiste das galerias e também o pessoal que nos assiste em casa.

Venho aqui falar porque eu conheço bastante o pessoal do transporte escolar, pois trabalhei por 24 anos como motorista de ônibus - o que me orgulha muito -, sempre acompanhei o pessoal do transporte escolar no trânsito e sei que não é fácil com esse trânsito, com esse caos que está hoje, as crianças têm horário para chegar nas escolas. Sempre admirei muito o pessoal das escolares, eles tratam as crianças com carinho, com respeito, transportando com segurança. Eu acompanhei e sou testemunha disso.

Com certeza temos que aprovar essas emendas deste projeto. Quanto ao corredor da linha azul, temos que possibilitar que o transporte escolar ande pelo corredor azul. Isso trará mais folga de tempo para as crianças chegarem ao seu destino, que é a escola, ou de volta aos seus lares, e também mais segurança para o transporte escolar. Eu, como motorista de ônibus, passava um trabalho para cumprir o horário, por isso admiro mais ainda o pessoal do transporte escolar, pois é muito mais difícil dirigir um escolar com crianças ali dentro; no ônibus a maior parte dos passageiros são adultos.

Quanto ao GPS também é uma coisa que só vai trazer custo para o pessoal do transporte escolar, porque isso aí já está no contrato, já está acertado com os pais, o destino é o mesmo sempre. Com certeza temos que cortar essa emenda. (Palmas.) Outra coisa que estava pensando é quando falece o responsável pela escolar, no caso, se é o marido que trabalha, que a esposa continue, ou o filho. Tem que ter a lei para que a pessoa possa continuar exercendo a função, porque aquilo ali é um bem da família, os responsáveis são eles. Agora, vem a falecer o esposo ou a esposa, vai passar sei lá para quem. Temos que votar contra isso também, e aprovar a emenda para que a pessoa possa passar para o familiar.

Voltando à parte do trânsito, nós, parlamentares eleitos, temos que cada vez melhorar mais, ajudar mais a que os escolares possam trabalhar tranquilo dentro de Porto Alegre e não mexer, como se diz, em time que está ganhando. Não podemos mexer, não podemos prejudicar essa situação que está boa. Assino embaixo do nosso transporte escolar de Porto Alegre porque convivo com eles no dia a dia, e convivi esse

tempo todo no trânsito. Tenho amigos com escolares, a Katia esteve nos procurando, a Bia, com quem me criei, desde a infância, conversamos, assim como citaria vários amigos, pessoas responsáveis, pessoas que trabalham pelo bem-estar dos filhos de quem nos assiste, pois vocês saem para trabalhar e podem contar com o tio ou tia da escolar. Isso é uma maravilha, a pessoa pode sair tranquila porque são pessoas responsáveis! Nós estamos aqui para ajudar o transporte escolar e não para colocar projetos ou emendas que venham prejudicar. Então, toda emenda que favorecer o transporte escolar, meus amigos vereadores, vamos votar sim; quando for emenda para prejudicar o transporte escolar, Adeli, votaremos não, porque não queremos terminar com o transporte escolar de Porto Alegre. (Palmas.) Também não queremos que entre um clandestino no meio das pessoas que vêm pagando todas as suas taxas, tudo que têm que pagar, a papelada toda, que eu sei que é difícil e tudo tem custo, aí o camarada encosta uma Van qualquer e sai trabalhando como se nada tivesse acontecido. Não, isso aí não pode continuar assim, com certeza. Então, pessoal, eu quero deixar claro aqui, falo em meu nome e em nome do Ver. Aírto Ferronato, conversamos bastante, há pouco, somos do PSB, eu e meu parceiro, votaremos sempre juntos em favor do pessoal do transporte escolar. E peço também aos nossos pares, nossos amigos vereadores, porque eu sou testemunha disso, por esse tempo todo que trabalhei no trânsito, acompanhando as escolares, passando, muitas vezes, dando o lado para a escolar passar. Porque sei que ali têm crianças. Nem todo mundo age igual, mas, no trânsito se a gente tem espaço para dois, não pode passar dois, tem que passar um. Então vamos respeitar o transporte escolar, poderia estar o seu filho dentro do transporte, por que vamos empurrar um caminhão, um ônibus por cima do transporte escolar? Não, vamos deixar passar, dar espaço, porque o pessoal ali trabalha de sol a sol e merece todo o nosso respeito, Bosco, e votaremos aqui sempre a favor do nosso transporte escolar. Podem contar com a gente, pessoal, e espero também que os meus amigos vereadores me acompanhem nessa luta junto ao transporte escolar. Falo de coração, e lutaremos juntos, pessoal, podem contar conosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Sra. Kátia, senhores condutores e senhoras condutoras de veículos escolares, contem com o nosso apoio nesta Câmara. O interesse dos vereadores e vereadoras é, sim, a segurança das crianças e dos jovens. Então pela aprovação deste projeto com as oito emendas.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h48min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 14h49min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder pelo PT e, depois, prossegue sua manifestação pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, peço o tempo de liderança do Partido dos Trabalhadores e liderança de oposição, somados, porque hoje eu tenho o privilégio de ler para as senhoras e os senhores a carta da Federação Árabe Palestina, dirigida ao Exmo. Sr. António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas (Lê.): “A ONU foi fundada no dia 24 de outubro de 1945, quando mal havia acabado a chamada 2ª Guerra Mundial, que devastou a Europa e outras partes do mundo, matou milhões de pessoas inocentes de todos os grupos étnicos, de todas as religiões, de todas as visões de mundo, feriu e mutilou outras milhões, fez órfãos e viúvas também aos milhões. Além dos cadáveres, um mundo sob escombros e vivendo doenças, fome e miséria, deslocados e refugiados, nações dilaceradas, incredulidade do quanto o ódio e a ganância são capazes de destruir. Esta guerra em particular, mas também a sua anterior, igualmente denominada Guerra Mundial, porém como a 1ª, por tamanhas as suas consequências destrutivas, foram verdadeiras razões de organização e existência mesmas da ONU, conforme estampado em sua carta, a Carta das Nações Unidas, que já na abertura proclama: ‘NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.’ Senhor Secretário-Geral, se nos ativéssemos apenas a este trecho, a Palestina não teria sido a primeira vítima do pós-guerra. E apenas se o ‘respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional’ tivessem valido, daquele momento até hoje, os crimes contra os povos palestinos não teriam lugar e a Palestina seria um estado soberano, seguro, democrático e próspero. A ideia mesma de partilha, que, aliás, era justamente de um ente historicamente denominado Palestina – por isso a Resolução 181, da Assembleia Geral das Nações Unidas, recomendou (e apenas recomendou) a partilha de algo já existente como Palestina –, foi tão injusta que não apenas deu a menor parte da sua terra a este povo, que a detinha historicamente em perto de 95%, como desconheceu que este era majoritário na composição da população, mesmo considerando a migração massiva de estrangeiros chegados fazia poucos anos. Mas tudo isso é de vasto conhecimento dos que manejam, pelos estados e organizações internacionais, os assuntos que governam nosso mundo, que dirá de um secretário-geral da ONU e quanto mais de vossa senhoria, reconhecidamente um amante da paz e sinceramente desejoso que haja uma solução definitiva que ponha fim ao sofrimento palestino. O que esta missiva pretende ressaltar, entretanto, é algo mais grave e importante, caso isto seja possível diante da tragédia [do povo] palestino em si. A ONU nasce dos escombros e cadáveres da 2ª Guerra Mundial e com o propósito de não mais permitir que isto se repetisse em maior ou menor escala. Seus debates iniciais visavam às resoluções dos problemas dos refugiados, das melhores definições do genocídio e da propaganda de guerra, ela mesma também um crime de lesa humanidade. Malgrado

isso, é nesta mesma ONU que, ainda que não pretendido pelos seus membros, ou pela maior parte deles, que se dão os primeiros passos, assim como os definitivos, a conduzir a uma tragédia colossal, a uma limpeza étnica sem precedentes, ao impedimento à autodeterminação de um povo, o palestino, que, sabidamente, vive, desde seus primeiros antepassados, no mesmo território há pelo menos 11 mil anos. A chamada Resolução da Partilha da Palestina, a 181, não só jamais foi implementada, como acabou abrindo o caminho para o grande crime de lesa humanidade que acabou com a Palestina que se pretendia partilhar. Entre aquele fatídico 29 de novembro de 1947 e 14 de maio de 1948 muitos crimes ocorreram, todos contra o povo palestino. O mais emblemático deles talvez seja o massacre de Deir Yassin, pequena povoação palestina às portas de Jerusalém, cuja população camponesa e desarmada foi chacinada pelos pretendentes a tomar a Palestina outra coisa, o Israel que foi parido dos cadáveres e escombros palestinos. Isso foi a 9 de abril de 1948. Era um aviso do que seria feito com vistas à limpeza étnica e à tomada integral da Palestina, ou tanto quanto fosse possível pelos invasores recém-chegados tomarem. Era a senha de como tudo se daria. Malgrado este aviso prévio, a Comunidade Internacional se manteve inerte e esta ONU também não foi capaz de cumprir sua carta e impedir o genocídio Palestino, já avisado. Se era assim, aos sionistas estava dada a carta branca para que seguissem adiante e implementassem o plano previamente conhecido, chamado Dalet. E foi a 15 de maio de 1948 que os implementadores dos crimes havidos desde 29 de novembro de 1947 autoproclamaram-se um estado, denominaram-se Israel e deram seguimento à limpeza étnica mais atroz de que se tem conhecimento. Após estes eventos trágicos e após o 15 de maio de 1948, no qual Israel se autoproclamou Estado sobre terras Palestinas, o inimaginável se deu: 774 cidades e povoados palestinos ocupados, dos quais 531 totalmente destruídos; 70 massacres cometidos, com mais de 15 mil mortos, incontáveis feridos e mutilados e dois terços da população originária, a Palestina expulsa pelos estrangeiros recém-chegados. Considerados os 76% da Palestina tomados a força, são levados a êxodo desta porção. De acordo com a ONU, 725 mil dos 900 mil palestinos que viviam no que passa a ser Israel autoproclamada. Ou seja, 81% de toda a população palestina é morta ou expulsa para nascer, pela violência, Israel. E é desta limpeza étnica que resultam, de acordo com a ONU que hoje o tem como seu secretário-geral, os perto de 6 milhões de refugiados palestinos, monumentais 9% de todos os refugiados no mundo atual, contados à casa dos 70 milhões. Este dado apenas indica o tamanho do holocausto palestino: somos apenas 0,2% da população mundial, mas respondemos por 9% dos refugiados, isto é, 45 vezes mais do que somos enquanto população no mundo. Cartesianamente, secretário-geral, respondem os palestinos por 45 refugiados para cada um de qualquer outro grupo étnico do mundo. É um holocausto olímpico! Evidentemente que a ONU viu a limpeza étnica, a reconheceu e a adotou por sua problemática uma resolução, a 194, de 11 de dezembro de 1948. Determinou a resolução nº 194, conhecida como o Retorno dos Refugiados Palestinos: "A Assembleia Geral resolve que os refugiados que desejem 'voltar a suas casas e viver em paz com os seus vizinhos, devem ter permissão para fazê-lo na data mais próxima possível, e que deve ser paga a compensação pelos bens dos quais escolherem não retornar e pela perda

ou dano a bens que em virtude dos seus princípios e propriedade internacional ou em equidade deva ser reparada pelos governos ou autoridades responsáveis. Apenas seis dias depois, a ONU novamente debate a questão palestina, dessa vez, para deliberar acerca do pedido de Israel ver-se admitido como estado membro. O Conselho de Segurança rejeitou Israel na ONU a 14 de dezembro de 1948. Uma das razões, a questão dos refugiados, vale dizer, Sr. Secretário-Geral, a limpeza étnica. Somente a 11 de maio de 1949 é que a ONU admite Israel como seu 59º Estado membro, mas como uma ressalva na forma de clausula condicionante, acatar e implementar a resolução 194, isso é, permitir o retorno dos refugiados e tudo o mais que consta de seu texto. E, até os dias atuais, o único caso de Estado admitido na ONU sob uma cláusula condicionante, com um detalhe: até hoje não cumprida por Israel. É por tudo ter se passado assim que afirmamos: 1. A Resolução 181 jamais poderá ser tida e citada como tendo criado Israel, já que esta apenas recomendou uma partilha e nem de longe suas recomendações apresentavam os limites atuais do Estado que se pretende Israel. 2. Se os limites não são os atuais, o que excede os limites estritos da partilha recomendada são territórios conquistados pela força, sob limpeza étnica, razão pela qual tudo que destoa do texto da Resolução 181 é ilegal. 3. Acaso a Resolução houvesse criado Israel, por qual razão este não teria sido admitido quando de sua pretensa "criação"? Ou, ainda, por que Israel vê sua admissão à ONU rejeitada quando assim a solicitou? 4. Sabendo que sua admissão só se dá praticamente um ano após sua autoproclamação e 18 meses após a aprovação da Resolução 181, bem como que esta tem como condição o acatamento à Resolução 194, como considerar que Israel é um Estado capaz de ser membro da ONU? 5. E se a Resolução 181 "criou" Israel, não teria que ter sido "criado" também o outro Estado ali contido, o da Palestina, justo aquele que dá nome à mesma: Partilha da Palestina? Enfim, Sr. Secretário-Geral, estes não são questionamentos meramente retóricos, mas baseados na condição mesma de manutenção ou não das regras do direito internacional e de 'tudo que foi construído após as 1ª e 2ª Guerras Mundiais, a ONU especialmente. É lamentável, senhor secretário-geral, que Israel tenha se valido do que decidiu na ONU para dar início a um banho de sangue e uma limpeza étnica atroz na Palestina. Mais grave ainda que esta mesma ONU não tenha conseguido, até hoje, fazer valer sua carta, suas resoluções, seus princípios e a Palestina e seu povo sigam sem pátria, sem direitos, exilados, sob ocupação e *apartheid*, cercados em Gaza e quase toda a chamada Cisjordânia, bem como sigam sendo cidadãos de segunda classe todos os palestinos que resistiram à limpeza étnica de 1948 e que atualmente vivem sob o regime estatal israelense. Por tudo isso, clamamos, senhor secretário-geral, à ONU, à Comunidade Internacional, aos povos e nações, aos estados soberanos, às sociedades civis e suas organizações: façam cessar o sofrimento do povo palestino, feito refugiado e sem pátria por uma iniciativa que partiu das próprias Nações Unidas. Rogamos apenas pelo que todos os povos têm por merecimento: um estado livre, paz, segurança, fronteiras definitivas, direito aos nossos recursos, retornos de nossos refugiados, respeito aos nossos direitos nacionais, civis e humanitários. Que este dia 29 de novembro, instituído pela ONU há 42 anos (Resolução 32/40 B) e já passados 71 anos daquele fatídico 29 de novembro de 1947, quando tudo que diz respeito à catástrofe palestina teve início, não

seja apenas mais uma data em um calendário construído pela burocracia de organismos internacionais. Pedimos, senhor secretário-geral, que a ONU admita a Palestina como estado-membro, dando um passo adiante na sua admissão como estado observador, adotado em 2012, e que se acatem as dezenas de resoluções para a Questão Palestina, todas impunemente rejeitadas por Israel. Já são 140 os países que reconhecem o Estado da Palestina. Para que os quase 200 estados-membros da ONU façam o mesmo, basta que a admissão da Palestina como um de seus membros também. É isto o que a Comunidade Internacional aguarda. E preciso dar um fim ao sofrimento do povo palestino. A Palestina, a Terra Santa, na qual todas as mensagens divinas nasceram ou se desenvolveram, não pode seguir sendo um lugar de escombros e cadáveres, laboratório de experimentos de armas e munições, da realização de um experimento social genocida. A Palestina sob paz é a chave para um mundo melhor para todos. Palestina livre a partir do Brasil, 29 de novembro de 2019. Ualid Rabah. Presidente da FEPAL”.

Eu fiz essa leitura em homenagem, amanhã, ao Dia do Povo Palestino. Obrigado pela atenção de todos. Contra o genocídio, pela paz mundial. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje este período é destinado a assinalar o transcurso do Dia do Marinheiro, nos termos do Requerimento nº 031/19, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: Sr. Rafael Silva dos Santos, Capitão dos Portos de Porto Alegre, Capitão de Mar e Guerra, representante do comando do 5º Distrito Naval; Cel. Rogério da Silva Costa, representante do Comando Militar do Sul; Tenente-Coronel de Infantaria Itamar Souza dos Reis, representante da Ala 3; Desembargador Militar Paulo Roberto Mendes Rodrigues, presidente do Tribunal de Justiça Militar; e Sr. Raul Loureiro Queiroz, Superintendente Estadual da Agência Brasileira de Inteligência.

Convidamos todos os presentes para, em pé, ouvirem o Hino Nacional.

(Ouve-se o Hino Nacional.)

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Mônica Leal, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Reginaldo Pujol. Gostaria de registrar as presenças do Capitão Carlos de Souza Fagundes, representante

do 9º Batalhão da Polícia Militar; do Dr. Rafael Simas, representante da Comissão Especial de Direito Marítimo, Aeronáutico, Portuário, Aduaneiro e Hidroviário da OAB/RS; do Dr. Fábio Silveira, presidente da Comissão de Direito Militar da OAB/RS. Boa tarde a todos. A Câmara Municipal fica sempre honrada em receber a Marinha do Brasil por meio da representação da Capitania Fluvial de Porto Alegre do 5º Distrito Naval nas solenidades alusivas a suas principais datas, bem como nas demais comemorações do calendário das nossas Forças Armadas, seja uma homenagem que fazemos ao Exército, seja à Aeronáutica, a Marinha sempre que possível se faz presente com muita cordialidade e distinção.

Hoje homenageamos o Dia do Marinheiro, que ainda irá transcorrer, no próximo dia 13 de dezembro, data que lembra o nascimento do patrono da Marinha e herói da Pátria, Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, e, por conseguinte, dia em que se homenageiam os homens e as mulheres que, servindo a Marinha do Brasil, defendem a soberania e o território, protegem o País e sua vasta área marítima e atendem também a população.

Nosso País, com a costa perfazendo mais de sete mil quilômetros e uma grande e importante extensão fluvial, tem uma representação expressiva nos marinheiros. Podemos dizer que temos importância histórica, tradição e poder marítimo, que é a expressão da soberania marítima; a capacidade que um país tem de usar seu mar, com poderio e conhecimento, através da sua marinha. A Marinha do Brasil patrulha e atende sistematicamente a carente população ribeirinha da Amazônia e regiões pantaneiras, onde o médico, o dentista, os remédios e as vacinas só chegam de barco, nos apelidados navios da esperança, e se disponibiliza imediatamente em casos como do vazamento de óleo no litoral nordestino, quando, além da retirada de manchas do produto na areia, a Marinha atuou com embarcações no mar para evitar que o material chegasse até a costa, nas praias. Nossos marinheiros estão sempre de prontidão nos portos, nas bases, nas capitâncias, comandos e salvamares, embarcados na fragatas e corvetas da nossa esquadra naval, a bordo do Cisne Branco, o navio veleiro e navio-escola da Marinha Brasileira e embarcações fluviais de pesquisa e cartografia, bem como na Marinha Mercante. Podem ampliar sua missão quando inseridos no contexto mundial, participando, por exemplo, da força interina das Nações Unidas no Líbano, sob o comando da Marinha Brasileira desde fevereiro de 2011, sendo a única força-tarefa marítima componente de uma missão de paz da ONU. São os marinheiros do Brasil presentes, contribuindo para acabar com guerras e conflitos para manter a paz em diferentes partes do mundo, tem campo de emprego, de trabalho, carreira que oferece possibilidade de crescer, começando desde as posições iniciais, até chegar a capitão de navio ou chefe de máquinas, um meio onde é possível interagir com pessoas de outras nacionalidades e culturas. Firme, nos diversos quadros de oficiais e praças da Marinha, está a mulher marinheira, que com equilíbrio e competência, vem consolidando cada vez mais sua participação. Inclusive a Marinha foi a primeira das Forças Armadas a permitir o ingresso feminino e a primeira a fazer curso de formação para oficiais, voltado para as mulheres em 1980, o que a Aeronáutica seguiu em 1981, o Exército nos anos 1990. Falar em marinheiros e marinheiras ao mar é também falar em saudade,

sentimento que acompanha essa profissão que requer muitos sacrifícios, bravura e coragem para enfrentar a distância da família e da casa, sentimento que alimenta o desejo de voltar com saúde, em segurança e com as metas cumpridas.

Vereadora Comandante Nádia (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Obrigada, Ver.^a Mônica Leal, pelo aparte concedido. Quero te cumprimentar pela merecida e justa homenagem proposta por ti e realizada pela Mesa Diretora com o aval de todos os 36 vereadores. Venho aqui falar em nome da minha bancada do MDB, em nome da Ver.^a Lourdes Sprenger, do Ver. Mendes Ribeiro, Ver. Valter Nagelstein e Ver. Idenir Cecchim. Quero poder homenagear com essa cor branca que está cobrindo a nossa plateia, dizendo que essa é a paz que nós queremos: a cor branca que tanto bem dignifica os homens da nossa gloriosa Marinha do Brasil. Quero dizer que nós estamos precisando desses valores, Capitão dos Portos, estamos precisando da ética, da transparência, da retidão das atitudes, enfim, dos homens e mulheres comprometidos com o nosso Brasil. Temos a certeza de que a Marinha traz aqui toda essa expertise de ensinar a todos os brasileiros a importância de se doar para o Brasil, usando da sua competência, através dos mares, das águas, dos rios, para levar para todos os lugares que nós somos brasileiros. E que tenha longa vida a Marinha do Brasil, neste Dia do Marinheiro, Ver.^a Mônica Leal, tão importante de estarmos homenageando a cada dia, a cada ano, não esquecer dos feitos gloriosos que tiveram e de tantos outros que ainda virão. Parabéns ao Dia do Marinheiro, parabéns à nossa Marinha do Brasil! Vida longa, que assim sempre seja. Muito obrigada.

Vereador Hamilton Sossmeier (PSC): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Mônica, parabéns pela homenagem, eu sempre fico muito feliz quando ocorrem homenagens, principalmente quando entra o nosso Exército Brasileiro, através da Aeronáutica, da Marinha. Eu fico muito feliz por poder, neste momento, lembrar o que falou a Ver.^a Mônica, parabenizar pelo dia 13 de dezembro, o Dia do Marinheiro, e pelo belíssimo trabalho, conforme foi citado no seu discurso, por esses mais de sete mil quilômetros que vocês cobrem, trabalham e cuidam da nossa Nação, e pela honestidade e trabalho que nós ainda vimos como instituição. Aqui eu parabenizo também e cumprimento os componentes da Mesa e demais presentes. Desejo vida longa e que Deus abençoe o trabalho e atividade de vocês, sempre com a proteção divina. Muito obrigado.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigado, quero saudar a Ver.^a Mônica, Presidente da Casa, os demais componentes da Mesa por esta homenagem, o transcurso do Dia do Marinheiro. Já foram citados os presentes, conforme fez meu colega anteriormente, quero saudar todos e felicitar a Marinha por esse belíssimo trabalho que faz na defesa do Brasil. Agora vimos lá, depois desse óleo derramado que até hoje não sabemos e, como se diz, nosso é que não é, e a Marinha está lá limpando toda a costa brasileira desse processo difícil que

pegou, sem dúvida, o País de surpresa, quando um navio estrangeiro, ao passar nas nossas águas, derramou esse óleo que está sujando a nossa costa, e a Marinha está fazendo um trabalho maravilhoso, aquilo que sempre foi o seu papel, que muito enobrece a Marinha, que é servir ao País, servir ao Brasil e ao seu povo. Então, Ver.^a Mônica, meus parabéns, em nome da bancada do PP, da qual a Ver.^a Mônica faz parte, esse vereador, o Ver. Nedel e o Ver. Ricardo Gomes. Um abraço a todos, parabéns por essa data, e é o Brasil que agradece.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes.

Vereador Paulinho Motorista (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Meus parabéns, Presidente Mônica por esta homenagem. Ficamos sempre felizes por participar dessas homenagens e, com certeza, estaremos sempre à disposição do nosso Exército e da Marinha do Brasil. Eu agradeço a nossa Marinha, aos nossos marinheiros e marinheiras que estão aqui hoje. Já foi falado aqui quase tudo, e a gente só tem de agradecer mesmo. Agora, com essa situação do óleo, a qual a gente acompanha diariamente, uma situação que é difícil para nós, brasileiros, a gente só tem de agradecer à Marinha. Falo em meu nome e em nome do Ver. Airto Ferronato, do PSB. Queremos agradecer a vinda de vocês aqui e dizer de todo o respeito que temos por vocês. Vida longa à Marinha do Brasil, contem com a gente sempre, pois a Casa é de vocês. Um abraço a todos e fiquem com Deus.

Vereador Valter Nagelstein (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero cumprimentar a nossa Mesa Diretora da Câmara, Sra. Presidente, por esta homenagem justíssima e por essa lembrança. Rapidamente, quero me somar à homenagem, dizer que todas as homenagens que nós viermos a fazer aqui para as nossas Forças Armadas, em especial à Marinha, são poucas ainda em relação aos méritos que essas forças têm. Eu tenho enorme orgulho de carregar comigo uma distinção dada pelo nosso querido Almirante José Renato, em nome da Marinha do Brasil, que é a Medalha Tamandaré, e eu quero saudar essa força, a força de Tamandaré, a força do nosso rio-grandino, que escreveu seu nome heroicamente, a força de Marcílio Dias, a força de Greenhalgh, a força dos grandes vultos da Marinha Brasileira que escreveram com sangue o seu nome na história do nosso País, desde os conflitos do Prata, passando pela Guerra do Paraguai, até mais recentemente pelo teatro de operações da 2ª Guerra Mundial, onde levaram a nossa Força Expedicionária Brasileira, sempre presente está a nossa Marinha do Brasil, que já foi uma das principais marinhas do mundo e certamente está retornando a essa condição. Agora, com o projeto do Submarino Classe Scorpène, com a nova Nau Capitânia, o nosso navio porta-helicópteros, que incorporou recentemente a Marinha do Brasil, com o desenvolvimento do programa nuclear brasileiro, enfim, tudo que a Marinha do Brasil representa para nós e também o que há foi dito aqui pela Sra.

Presidente, pelos senhores vereadores, da enorme tarefa de vigiar a nossa Amazônia Azul.

Por último, Sra. Presidente, me perdoe, mas eu quero registrar que, já disse outras vezes, vou levar para sempre, e, se Deus quiser, vou ter a oportunidade de contar para os meus netos, a aventura que a Marinha me ensinou de visitar o continente Antártico. Eu sou um desses poucos privilegiados que fazem parte da família Proantar, e foi exatamente graças à Marinha do Brasil. Então, a gente está aqui para defender a Marinha também, a gente está aqui para dizer do trabalho que a Marinha tem de engajamento dos nossos jovens, do desenvolvimento tecnológico, da implantação dos valores melhores na civilidade e na cidadania brasileira e na defesa das nossas questões, inclusive não só aquelas militares, como também as científicas, como é o caso da nossa presença no continente Antártico.

Por tudo isso, eu quero cumprimentar V. Exa., quero cumprimentar a Mesa, quero desejar vida longa à nossa Marinha do Brasil, que ela continue sempre sendo aquilo que historicamente ela foi, um orgulho para todos os brasileiros. Muito obrigado.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Valter Nagelstein. Quero registrar que muito me alegra ser a proponente, junto à Mesa Diretora, da homenagem aos componentes dessa sólida instituição nacional que, juntamente com as demais instâncias militares, fazem parte do meu repertório afetivo, de admiração e de respeito, fruto dos valores e sentimentos que aprendi com meu pai, Coronel Pedro Américo Leal. Agradecendo a presença do Capitão dos Portos de Porto Alegre, Capitão de Mar e Guerra Rafael Silva dos Santos, representante do V Distrito Naval, e fazendo um agradecimento à parceria do Capitão de Mar e Guerra e assessor de Relações Institucionais Luciano Novaes, que atuou para essa realização, agradeço a presença de todos. Viva a Marinha Brasileira! Viva a Esquadra Brasileira! Viva a Força Naval! Viva nossos marinheiros! Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Quero, em nome do meu partido, me somar às manifestações dos vereadores Comandante Nádia, Hamilton Sossmeier, Cassiá Carpes, Paulinho Motorista e Valter Nagelstein, todos excelentes, cumprimentando o belo pronunciamento de nossa Presidente. Incluo-me dentre aqueles que homenageiam, no dia de hoje, o Dia do Marinheiro e, por conseguinte, o Dia da Marinha do Brasil. Meus cumprimentos a todos os senhores.

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Pujol, pela condução dos trabalhos enquanto eu fazia minha manifestação na tribuna. Convidamos a fazer uso da palavra o Sr. Rafael Silva dos Santos, Capitão dos Portos de Porto Alegre, Capitão de Mar e Guerra.

SR. RAFAEL SILVA DOS SANTOS: Gostaria de, primeiramente, agradecer a Ver.^a Mônica Leal, Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, e à Mesa Diretora, que propuseram essa homenagem à Marinha e ao Dia do Marinheiro, como foi dito, é comemorado no dia 13 de dezembro. E gostaria também de saudar o Cel. Rogério da Silva Costa, representante do Comando Militar do Sul; Ten. Coronel de Infantaria Itamar Souza dos Reis, representante da Ala III; Sr. Desembargador Militar Paulo Roberto Mendes Rodrigues, representante do Tribunal de Justiça Militar; Sr. Raul Loureiro Queiroz, Superintendente Estadual da Agência Brasileira de Inteligência, e também aos Srs. Vereadores que fizeram aqui as suas locuções pelo Dia do Marinheiro, e, assim como todos os demais presentes senhoras e senhores.

Por que comemorar no dia 13 de dezembro? A celebração do Dia do Marinheiro, no dia 13 de dezembro, nos remete ao aniversário de nascimento do Almirante Joaquim Marques de Lisboa, o Patrono da Marinha. O dignificante exemplo de patriotismo, coragem e paixão pelo mar, cuja atuação em inúmeros conflitos externos e revoltas internas foi fundamental para a formação de um Brasil soberano e íntegro. A esta jovem Nação que se formava, o maior dos marinheiros de nossa História, passou a dedicar a sua vida isenta de interesses efêmeros, visando apenas servir a sua gente e garantir-lhe o progresso e a liberdade. Natural de Rio Grande, aqui no Rio Grande do Sul, Joaquim Marques de Lisboa herdou do seu pai a paixão pelos mistérios do mar. Ainda menino, aprendeu a ciência de navegar e, com 16 anos, iniciou sua brilhante carreira como voluntário da Armada. Ao longo de mais de 66 anos de serviço ativo, mostrou-se superior a qualquer desafio e situação que a vida lhe apresentou, com integridade, coragem, espírito combativo e honestidade de propósito. Impôs naturalmente o respeito, defendeu seus ideais e constituiu legado de honra e glória que se perpetua em nossa Marinha. Lutou para a consolidação da independência, apaziguou os devaneios separatistas, expulsou estrangeiros que ousaram macular o território nacional. Grande líder e estrategista, era um exímio comandante na manobra dos seus navios, conhecendo muito bem as operações navais e a arte da guerra no mar. Durante sua longa e digna existência, foi exemplo vivo de honradez, austeridade e amor à Pátria, qualidades que, aliadas à sua competência, levaram-no ao posto de primeiro almirante, a dignidade de conselheiro de guerra e de Marques de Tamandaré. A única riqueza que acumulou foi a satisfação pessoal de ver, nas gerações de marinheiros que o sucederam, a naturalidade com que os valores que pautaram sua vida são transmitidos e cultivados. Ao honrarmos a memória do patrono da Marinha na data do seu natalício, 13 de dezembro, celebramos a riqueza da alma dos nossos homens e mulheres, militares e servidores civis, herdeiros do virtuoso legado de Tamandaré, que se entregam de corpo e alma ao serviço da Pátria, orgulhosos por pertencerem a uma sólida e centenária instituição, protetora das riquezas e guardiã dos princípios democráticos do País.

Na data em que o País presta uma justa homenagem ao velho marinheiro e aos seus sucessores em tradições, costumes e princípios, cabe reconhecer o trabalho honrado e patriótico dos homens e mulheres que labutam, ombro a ombro, nas organizações operativas e de apoio espalhadas pelos mais distantes rincões do território nacional, águas jurisdicionais e missões no exterior. Com muito profissionalismo e

dedicação, marinheiros levam assistência às comunidades carentes mais isoladas da Amazônia e do Pantanal, salvam vidas no mar, fornecem alívio aos atingidos por desastres naturais, apoiam pesquisas científicas no continente Antártico, participam de operações de paz pelo mundo e, principalmente, garantem que o Atlântico Sul, a grande artéria por onde circulam a nossa economia e a base da prosperidade do País, mantenha-se como uma zona de paz e cooperação entre nações amigas. Exercer tamanha gama de atividades exige elevado grau de profissionalismo e um conjunto de capacidades que nos são imprescindíveis, as quais devem ser mantidas por um processo contínuo de aprimoramento do pessoal e de renovação de meios.

Em 2017, a Marinha do Brasil iniciou o programa Classe Tamandaré, com o objetivo de promover a renovação da esquadra com quatro navios modernos, de alta complexidade tecnológica, construídos no País, com previsão de entrega para o período entre 2024 e 2028. Em 2018, lançou e iniciou a operação dos submarinos classe Riachuelo, o que representa importante passo para alcançarmos a capacitação de construir, operar e manter um submarino de propulsão nuclear. Também adquiriu recentemente o Navio Doca Multipropósito Bahia e o Porta-Helicópteros Multipropósito Atlântico, meios que foram utilizados nas ações de prevenção e recuperação das regiões afetadas pelas manchas de óleo no Nordeste. Passados 122 anos do nascimento do nosso patrono, é gratificante lembrar o passado e identificar as raízes do patriotismo e da dedicação no serviço, que permitiram formar uma instituição forte e respeitada, cabendo-nos, neste momento, refletir sobre as responsabilidades do presente e os desafios do futuro, com vistas a constituir um poder naval capacitado, a garantir a soberania e os interesses do Brasil.

Por fim, no dia 13 de dezembro, reverenciar os marinheiros é exaltar a Marinha do Brasil. A esteira de nossa navegação reflete muito mais do que uma extensa lista de fatos heroicos, reflete o perene comprometimento institucional com os interesses nacionais. Essa inspiração segue movendo marinheiros, fuzileiros navais e servidores civis, navegando ou guarnecendo longínquos pontos de nosso vasto território ou mesmo no exterior, não esmorecerem no dever constitucional de garantir nossa soberania, de trabalhar pela segurança da navegação, de salvaguardar a vida humana no mar, de contribuir com o desenvolvimento nacional e de apoiar a política externa. Sou marinheiro e outra coisa não quero ser! Sóbria, pura, profunda e apaixonada síntese do que hoje celebramos. Forjada na alma de um verdadeiro nauta, esse tão bem expresso sentimento deve seguir nos motivando a cultivar o desejo e destemor em singrar os mares, adestrando-nos para o emprego real ou garantindo a estabilidade necessária para que todas as atividades que neles se realizem possam desfrutar de plenas condições de prosperidade. Parabéns aos Marinheiros de hoje, de ontem e de sempre. Viva a Marinha! Tudo pela Pátria. Marinha do Brasil protegendo nossas riquezas, cuidando de nossa gente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convidamos todos os presentes para, em pé, ouvirem a canção do Cisne Branco e, após, o Hino Rio-Grandense.

(Procede-se à execução da canção do Cisne Branco e do Hino Rio-Grandense.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Agradecemos a presença das senhoras e dos senhores e damos por encerrada a presente homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

(Suspendem-se os trabalhos às 15h47min.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 15h52min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Boa tarde, Presidente Pujol; colegas vereadores; público que nos acompanha aqui nas galerias e pela TVCâmara. Hoje pela manhã, tivemos uma reunião extraordinária e começamos a votar o orçamento do Município de Porto Alegre para o ano de 2020. Sempre digo que esse é um dos projetos mais importantes que votamos nesta Casa. Vim à tribuna para falar das emendas impositivas e dizer que este vereador usou os valores naquilo que entende importante para o Município de Porto Alegre. São 55% destinados à saúde; 10% destinados à segurança; 5% para o esporte; e 30% para ajudar a diminuir a desigualdade social, oferecendo renda e emprego. Sempre fui um agente político que tratou a transparência como algo de suma importância para alguém que faz políticas e que tem mandato político. Transparência é sempre bom, é fundamental que as pessoas possam nos acompanhar, nos avaliar, nos julgar e também conhecer o nosso trabalho.

Eu quero destacar, neste período de Comunicações, onde serão alocados os recursos da minha emenda impositiva: no Hospital São Lucas da PUCRS, aquisição de dois berços aquecidos, com monitor gráfico para a Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal do Hospital São Lucas da PUCRS – a UTI acolhe, em média, 700 novas internações por ano, através do Sistema Único de Saúde; no Hospital Vila Nova, equipamentos – dispositivo para biópsia de mama, um colposcópio, dois eletrocardiógrafos, dois carros de emergência, que realiza 15 mil internações/ano e 175 mil atendimentos/ano em caráter de emergência ou ambulatorial; no módulo multiuso, na orla de Ipanema, plataforma justaposta ao passeio, sobre a faixa de areia, para atendimento de demandas de serviços e comércio – novas opções de geração de renda e lazer – a estrutura, na orla de Ipanema é uma demanda da comunidade e integrante do projeto de revitalização aprovado da nossa orla, Sr. Presidente; na Santa Casa de Misericórdia, dois sistemas de anestesia com monitorização para o Bloco Cirúrgico do

Hospital Santa Clara, o bloco realizou mais de 25,4 mil procedimentos em 2018; na Clínica da Família Alvaro Difini, solicitação da Secretaria Municipal da Saúde para a construção da Clínica da Família Álvaro Difini, no bairro Restinga; no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas – HMIPV, serão dois ventiladores pulmonares mecânicos, microprocessados para UTI neonatal e pediátrica do HMIPV – emenda originada pela nossa Frente Parlamentar da Prematuridade. Capacitação e geração de renda, educação, empreendedorismo, onde terá capacitação (30 horas) e incubação (três meses) para pessoas em vulnerabilidade social para abertura de micro e pequenos negócios. Centro Educacional Marli Medeiros – aulas gratuitas de jiu-jítsu para 50 crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. O local, no bairro Bom Jesus, já realiza esse tipo de atividade, e a emenda auxiliará na ampliação do número de atendimentos. Eu vejo o esporte como uma grande alternativa frente ao uso de drogas e ao envolvimento com a violência, além de contribuir para o combate e prevenção da obesidade, do sedentarismo, de doenças cardíacas, metabólicas, degenerativas e mentais. Vou destinar também para Clínica Pública de Fisioterapia Esportiva do Ginásio Tesourinha – já tive a oportunidade de falar sobre essa emenda específica aqui – que realiza 8 mil atendimentos por ano, sendo que 62% são para pessoas idosas, aliviando o atendimento do posto de saúde. O Educandário Centro de Reabilitação São João Batista atende 180 crianças com deficiência, de famílias em vulnerabilidade social. O Fundo Municipal de Defesa Civil – não teria como não investir nesse importante fundo de prevenção para desastres naturais, assim como para desenvolver medidas preventivas, ações e estudos para mapeamento e retirada das pessoas que vivem em locais de risco na cidade de Porto Alegre. Para concluir, Presidente Pujol, destinar para a Guarda Municipal, para Secretaria Municipal de Segurança, para equipar melhor a nossa Guarda Municipal. Então, eu destinei os valores das emendas impositivas para essas doze emendas, que eu tenho certeza que vão ser muito úteis para a cidade de Porto Alegre e vêm fortalecer o meu discurso de trabalho, empenho, dedicação. São as bandeiras que eu prometi na campanha eleitoral, que me trouxeram à Câmara de Vereadores, com as quais pretendo orgulhar os meus eleitores e a cidade de Porto Alegre. Era isso, Presidente Pujol, muito obrigado pelo espaço. Boa tarde a todos os colegas vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, vereadoras e vereadores, eu vou falar de um tema que hoje completa um ano e parece que, no Senado, virou esquecimento. No ano passado, num supermercado em São Paulo, em Osasco, um crime contra um cão comunitário chocou a população e gerou uma comoção nacional. Com isso, provocou senadores e deputados a alterar as penas por crimes contra animais. Então, um projeto da Câmara aumentava

para mais três anos a detenção, a reclusão. O que aconteceu? Foi todo um movimento, as galerias ficaram lotadas, passou o projeto e nunca mais se falou, parou numa das salas dos nossos parlamentares federais. Com isso, a cada dia, ou melhor, a cada dois dias, lemos uma notícia nacional sobre crimes contra animais, crimes violentos. Como quem tem vida sente dor, imaginem o que passa um animal inocente, que não tem voz, que não pode se defender. Pois bem, fora isso, nós temos levantamentos e estudos psicológicos de que quem maltrata um animal desta forma faz o mesmo com humanos sem nenhum sentimento. Temos visto também o que tem acontecido com crianças; com as mulheres nem preciso repetir, pois temos todo dia esses registros que acabam em feminicídio. Então, esse registro eu queria fazer para dizer que acho que nós temos que mudar. O parlamentar que aproveita a onda de uma comoção, que apresenta um projeto e depois não luta por ele, precisa ser destacado, como vai ser destacado em nossas notícias esse acontecimento que virou símbolo, como houve, naquele ano, há muitos anos, a cadela Preta, em Pelotas. Pelotas ficou conhecida em todo o Brasil pela comoção, pelo tipo de crime. E assim são vários. Então, esse registro. Como eu defendo a causa animal há mais de 20 anos, hoje temos essa grande preocupação dos crimes contra animais. Felizmente temos alguns delegados que já incluem, na mesma operação, a verificação se há maus-tratos, e aí comunicam os setores que devem se envolver quanto a isso. Esse era um dos meus registros. O outro é registrar sobre o início da votação das emendas impositivas, pois houve algumas críticas. Quero dizer que parte das minhas emendas ficaram na Prefeitura. Encaminhei para a Secretaria do Meio Ambiente, sobre os animais silvestres que têm muito pouco recurso, encaminhei sobre o controle de zoonoses que, com a nova legislação, os recursos ficaram diminuídos. Então deixei na Prefeitura, apenas fiz um direcionamento naquilo que nós julgamos mais urgente e que não está sendo feito. Sessenta por cento deixamos para a saúde. E os demais distribuímos em áreas, inclusive uma emenda para a EPTC, uma emenda pequena. Quero dizer também que não cabe encaminhar mais que um determinado valor a uma entidade que está necessitando trocar os equipamentos, e a emenda é pequena. É pequena porque aquilo é o valor aproximado que chegamos para auxiliar este atendimento. Muitas coisas não são explicadas. Não é emenda pingada, como já disseram. Por exemplo, para uma creche que precisa trocar computador, micro-ondas, refrigerador enferrujado não pode ser uma emenda muito grande. Calcula-se o valor desses eletrodomésticos e aplica-se esse valor na rubrica que vai para a entidade. Eu, também, aprovei uma emenda para garantir que nós vamos ter os valores pagos sem nenhuma outra interpretação jurídica para áreas que não sejam educação, saúde e assistência social, mas áreas como meio ambiente, esporte, cultura e a dos animais. Então, parece que é apenas uma emenda, mas não, ela veio assegurar aquele trabalho que nós vereadores fizemos. Ficamos uma semana verificando instituições, verificando aplicação de recursos, não se fez nada sem uma boa análise. E eu vejo o empenho dos demais vereadores sobre esse aspecto, porque para nós vereadores foi muito bom ter aberto esse espaço. Os deputados federais já têm essas emendas de grande vulto, vocês podem se aliar ao seu deputado estadual e fazer a aplicação no seu município. Nós vereadores não tínhamos essa oportunidade e, agora, com essas emendas impositivas,

nós podemos auxiliar aquilo que nós vemos todos os dias e que com um recurso pode ser solucionado, vindo a auxiliar a população na área em que mais precisa. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Apregoo Ofício nº 997/GP, de autoria do Prefeito Nelson Marchezan Júnior, solicitando a retira de tramitação e consequente arquivamento do PLE 006/19.

Apregoo o PLCE nº 018/19, de autoria do Sr. Prefeito Nelson Marchezan Júnior, através do Ofício nº 996/GP.

Apregoo o PLE nº 031/19, de autoria do Sr. Prefeito Nelson Marchezan Júnior, através do Ofício nº 998/GP.

Apregoo o PLE nº 032/19, de autoria do Sr. Prefeito Nelson Marchezan Júnior, através do Ofício nº 999/GP.

Apregoo o PLE nº 033/19, de autoria do Sr. Prefeito Nelson Marchezan Júnior, através do Ofício nº 1000/GP.

Apregoo o PLE nº 034/19, de autoria do Sr. Prefeito Nelson Marchezan Júnior, através do Ofício nº 1002/GP.

Apregoo o PLCE nº 035/19, de autoria do Sr. Prefeito Nelson Marchezan Júnior, através do Ofício nº 1003/GP.

Apregoo o PLCE nº 019/19, de autoria do Sr. Prefeito Nelson Marchezan Júnior, através do Ofício nº 1004/GP.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Cláudia Araújo.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente, Ver.^a Cláudia, muito obrigado, Srs. Vereadores. Por que eu combato politicamente as ideias comunistas? E por que eu advogo, politicamente, a educação como único caminho de desenvolvimento de uma sociedade? Eu combato as ideias comunistas, socialistas, Srs. Vereadores, por uma questão de inteligência. Diz o jargão popular: “Errar é humano; insistir no erro atenta contra a inteligência, contra a dignidade humana.” Ao longo do século XX, mais de 70 vezes experiências socialistas foram tentadas em diversas sociedades mundo afora, desde a cortina de ferro, passando pelas américas, e todas elas, absolutamente todas, levaram ao fracasso e à opressão. Recentemente, aqui na América do Sul, temos o exemplo de um país que está em frangalhos, Cuba, e de uma ditadura na Venezuela que ainda nesta semana entreguei aqui na esquina da Câmara de Vereadores a um casal com filho pequeno um valor para que comprassem leite, porque são refugiados da Venezuela. É por isso que combato. Agora, combater o comunismo, porque é uma ideia ruim, nefasta, uma ideia que sob a tese de ser humanista gera opressão, não faz quem combate isso, do outro lado, um fascista. É preciso saber o que é fascismo, é preciso saber o que é comunismo, é preciso saber o que é liberalismo, é preciso saber o que é social democracia, e é preciso, diz o vereador Ferronato, saber o

que é o socialismo, mas o socialismo é um meio para que se chegue, amanhã ou depois, ao comunismo, que também, infelizmente, não deu certo.

O que nós temos é uma sociedade de mercado com a presença do Estado fazendo regulação e ações sociais. Isso é o que a gente pode considerar de mais moderno.

Mas terminando essa parte, quero falar sobre educação, porque eu fiquei aqui na segunda-feira porque tinha uma audiência pública sobre educação, que é um tema que me interessa, interessa ao meu mandato porque eu sei que é o único caminho para se fazer uma sociedade desenvolvida. Concomitantemente com isso, recebo manifestações de professores dizendo que estão vivendo um momento muito difícil e que queriam meu apoio como parlamentar. Pois, vereadores, fico aqui na segunda-feira, este plenário enche, e em tese eram professores, e infelizmente, eu não vi nenhum professor, eu vi militantes, e militantes ensandecidos, enraivecidos. Quando meu nome foi falado e eu vim à tribuna dizendo que defendia a educação, a priori, de saída, já fui vaiado, porque, de novo, não eram professores, eram militantes identificados com uma causa que está abrigada no Partido dos Trabalhadores, no Partido Socialismo e Liberdade, no Partido Comunista Brasileiro com seus enraizamentos, dentro dos sindicatos que, em tese, defendem os professores. Estes ditos professores têm feito um desserviço. Eu até disse: Mas se o objetivo dos senhores e das senhoras aqui é angariar simpatia para um projeto de lei que está sendo discutido, um vereador que se interessa por educação vem aqui e mesmo antes de falar é vaiado pelos senhores, no mínimo é pouco inteligente. Mesmo assim não me deixavam falar. Me dirigi a algumas professoras que estavam aqui e perguntei: “Professoras, será que, nas salas de aulas, esse é o comportamento dos alunos? Seria aceitável o comportamento dos alunos com a senhora, no momento em que a senhora estivesse lá na frente, na sagrada profissão de professora, falando, e os alunos começarem a gritar, dizendo que discordam da senhora?” Para tudo há educação, para tudo há momento, para tudo há postura, e o que se espera do professor é exatamente que seja ele o primeiro a dar esse exemplo de postura. Agora, quando a cabeça desse professor está tão impregnada de ideologia, está tão tomada por um pensamento enviesado, equivocada, errado, e ele deixa de ser professor para ser um doutrinador, para ser um agente político, para ser um militante, nós chegamos ao ponto que chegamos na educação brasileira. Não é à toa, depois as pessoas reclamam do Ministro Weintraub, mas ele está aí exatamente porque ele é uma resposta a esse sistema absolutamente antagônico e inverso que se estabeleceu hegemonicamente, dentro das escolas. Nós temos, infelizmente, na educação brasileira, um espaço que foi tomado, não digo de assalto, porque foi tomado ao longo de 30 anos, por uma vertente político-ideológica, como disse uma professora que estava aqui; disse: “Nós estamos aqui para defender o nosso projeto político-educacional”. O projeto político-educacional desses professores é a construção do socialismo real, e eles usam a escola para isso. Isso não é democrático. Porque a construção do socialismo real, se a gente fizer na luta política, na rua, com os partidos, é legítima, é democrática. Agora, a doutrinação nas escolas, trabalhar uma ideia como se fosse boa e a outra como se fosse ruim, utilizando das crianças ou dos jovens como massa a ser cooptada, isso é um

crime, senhores e senhoras. Isso, infelizmente, tem acontecido! Não é à toa que nascem movimentos, como Escola sem Partido e outros tantos, exatamente, como uma resposta a isso, porque é necessário, porque nós precisamos preservar na escola um espaço neutro.

O que nós discutimos aqui na segunda-feira, Ver. Pujol? Nós discutimos a forma da mudança da eleição dos diretores nas escolas. O que o governo está propondo é que, a partir de agora, o peso dos pais seja 50% na eleição; o peso dos professores, 30%; e o peso dos alunos, 20%, para compor os 100% daqueles que vão eleger as diretorias das escolas. Pois esses professores, me perdoem a palavra, comunistas, porque é o que são, é preciso assumir, e para dizer isso, não quer dizer que o cara e fascista, são professores comunistas militantes, vieram aqui para dizer o seguinte: “Nós não queremos isso, porque vai mexer na nossa escola. É um direito nosso, o espaço é nosso, ninguém pode entrar”. Não, podem e devem entrar, as famílias devem entrar, e os professores têm espaço, sim. Isso é a verdadeira democracia, e é por isso que esse projeto é positivo, porque ele vai estabelecer a verdadeira democracia dentro da escola, dando à família a participação, o direito e o protagonismo de participar, e desentranhando, tirando isso de dentro da escola, meus amigos, minhas amigas, Srs. Vereadores. Qualquer ideologização, qualquer militância, quaisquer trabalhos de doutrinação dentro de uma escola são nocivos. Ao educar as nossas crianças, nós temos que ter a consciência, primeiro, de que a educação é a base de qualquer sociedade – a base! O professor precisa ser respeitado, mas o professor, para ser respeitado, precisa se fazer respeitar, ele não pode se deixar transformar num agente de militância política, ele tem que ter a noção e a consciência de que ele é um mestre, ele é um preceptor, que ele está ali para mostrar o mundo na sua dimensão, e os jovens, que são os alunos, que façam as suas livres escolhas no momento adequado. Não é isso que nós temos visto. Nós temos visto um sistema de doutrinação, que eu, mais uma vez, pude experimentar aqui, na segunda-feira. Falam em democracia, Ver. Cassiá, Ver. Mendes, Ver. Hamilton, Ver.^a Cláudia, mas a verdadeira democracia que eu conheço é aquela que respeita o contraditório, que entende, mesmo aquele que não pensa da mesma maneira, que existem bons propósitos; agora, se a ideia é dogmática e todo mundo que não pensa como a gente é tachado de algo ruim, é tachado de algo nocivo e é combatido com veemência, como eles fizeram aqui, realmente não é bom.

É por isso que, entre outras coisas, infelizmente, aquilo que eu mais aprecio, aquilo que eu mais gosto, aquilo que eu mais me dedico, aquilo que eu sei que é a base, o barro fundamental para a mudança de qualquer sociedade, que é a educação, está do jeito que está. Enquanto nós não mudarmos isso na educação, enquanto nós não desentranharmos essa ideologia, a educação brasileira não melhora. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Ver. Pujol, comandando os trabalhos – vice-presidente da Casa, futuro presidente, no ano que vem –, e quero usar este espaço para falar sobre duas ou três situações. Primeiro, eu poderia vir aqui, Ver. Comassetto, tripudiar sobre a condenação do Lula, porque não é uma condenação, ele já estava condenado, foi simplesmente a análise de um recurso, mas nós sabemos que muitos partidos se locupletam com o dinheiro público. Não vou trazer à tona, porque foi apenas um recurso, e nós já sabíamos da decisão anterior – o TRF4, de Porto Alegre, consolidou. Então eu acho que a questão Moro já não é mais Moro; agora, eu não sei quem vai ser o culpado. A consequência é que a política brasileira precisa fazer uma limpeza desses corruptos de vários partidos.

Quero aqui me posicionar em relação ao pacote do governo do Estado quanto ao Magistério e à Brigada Militar. Não tenho dúvida nenhuma de que esse pacote do governo estadual não passa na Assembleia, não passa porque a prerrogativa do Parlamento é modificá-lo, conseqüentemente, corrigi-lo em relação às penalidades dos nossos professores, uma categoria vasta que ganha muito pouco para educar os futuros cidadãos do Rio Grande do Sul. Claro que o governo do Estado botou um bode lá! Agora, os deputados vão ter que corrigir. Eu tenho certeza de que o nosso Legislativo estadual vai corrigir esses defeitos de origem do governo do Estado em relação a duas categorias que são as de maior credibilidade no Estado: a Educação e a Brigada Militar. Não vamos jogar uma contra a outra, que é a tática, muitas vezes, dos diversionistas, jogando que educação e a segurança competem, mas não têm nada que competir – até, às vezes, algumas têm distorções nas suas regras. São duas categorias que eu respeito muito, nós não estaríamos aqui se não fossem os professores, que nos ensinaram a educação, nos ensinaram a ter caráter, a ter transparência; e também a Brigada Militar, que é uma das corporações de maior credibilidade no nosso Estado. Quando fui deputado, inclusive, sempre estive ao lado dessa categoria, amparando e lutando – sargentos, soldados e oficiais. Diga-se de passagem, tinham algumas divergências entre si, coisas naturais da democracia e das corporações, mas sempre lutando para dar mais segurança ao cidadão gaúcho.

Portanto, me posiciono aqui e já suscitei aos deputados de meu partido que não aceitem esse pacote do governo do Estado, sem corrigi-lo, sem aperfeiçoá-lo, sem pregar emendas, que é prerrogativa do deputado estadual. Agora está sob responsabilidade da Assembleia Legislativa.

Por outro lado, hoje de manhã começamos a votar o orçamento para 2020. Fui o único vereador que não apresentou emenda impositiva; não que eu não quisesse contemplar algumas entidades, é que eu entendi que nesse momento eu não devia fazer, e sim, no outro ano, com a regra mais estabelecida, entendi que oitocentas e poucas emendas são muitas, precisamos regular uma regra como eu acrescentei que nós devíamos diminuir as emendas, e o Ver. Cassio Trogildo colocou dos valores, e da quantidade de emendas. São coisas parecidas, chegando por ângulos diferentes. Mas eu tenho certeza que nós podemos aperfeiçoar, melhorar e fazer com que elas tenham um comprometimento maior com a sociedade, um comprometimento melhor e maior dentro do orçamento do Município. Então, eu preferi, nesta ocasião, não apresentar emendas

impositivas, porque entendo que precisamos amadurecer, até por que a pressão do outro lado aconteceu, e nós não queremos ser pressionados. Eu gosto de colocar emendas que tenham, plausivelmente, a oportunidade. Acredito que nós teremos alguns percalços com o governo municipal, a partir dessa emenda, não será compreendida pelo Executivo Municipal, e acabará, tomara que não, prejudicando algumas entidades que têm direitos, e que precisam do comportamento e do amparo do Executivo Municipal.

Portanto, Ver. Pujol, é uma discussão boa, eu acho que temos toda a prerrogativa, já está estabelecida, mas tenho certeza de que podemos amadurecer e melhorá-las para os próximos anos. Um abraço, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC): Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Reginaldo Pujol, que preside esta sessão brilhantemente, a todos que estão nesta plenária, você que nos assiste pela TVCâmara, é um prazer para nós estarmos aqui, nesta tarde, e poder compartilhar, já falado pelo nosso amigo Ver. Mendes Ribeiro. Quero parabenizar o Ver. Cassio pelas emendas impositivas, também o relator Felipe Camozzato, que fez a relatoria dessas emendas. Nós do PSC, no nosso gabinete, destinamos, nessas emendas parlamentares, R\$ 518,6 milhões em investimentos na saúde, sendo R\$ 168 mil ao Hospital de Pronto Socorro; R\$ 120 mil ao Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas; R\$ 30 mil ao Instituto de Amparo ao Excepcional – Inamex; R\$ 20 mil ao Posto de Saúde Modelo; R\$ 102 mil ao Hospital da Restinga Extremo-Sul; R\$ 78,6 mil à Associação Hospitalar Vila Nova; na infraestrutura e investimentos de bairros e ruas, beco do Recanto do Chimarrão, bairro Sarandi, R\$ 230 mil; Rua 1, do número 1.029 até o número 1.091, bairro Lami, R\$ 100 mil; Estrada João de Oliveira Remião, na Lomba do Pinheiro, R\$ 50 mil; Estudo Técnico-Ambiental, Av. Juca Batista, no bairro Hípica, R\$ 50 mil; R\$ 80 mil em investimentos de educação para instituições de atendimento infantil e escolas: Afaso, R\$ 20 mil; Sol Maior, R\$ 20 mil; Escola Estadual Infantil Boa Vista, R\$ 20 mil. Estas são as emendas parlamentares que o nosso gabinete do Partido Social Cristão já encaminhou, já protocolou. Parabenizo o trabalho de todos os vereadores e também quero fazer um destaque especial do nosso trabalho que tem sido realizado aqui na Câmara de Vereadores, e hoje a moção que fizemos em favor da educação no nosso Estado, sabendo da importância da educação,

assim como a segurança pública, tem toda essa necessidade do apoio do governo tanto em nível federal, estadual como também em nível municipal. A saúde é muito importante, saúde, educação, ao que nós fazemos destaque. Então, quero fazer esse registro e deixar aqui o meu muito obrigado. Deus abençoe.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Alvoní Medina.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Muito obrigada, Presidente Reginaldo Pujol, eu gostaria de pedir ao Peterson, primeiro, para nós ouvirmos um breve relato de um pai que perde a sua filha.

(Procede-se à apresentação de áudio.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Há 182 anos, homens e mulheres vestem a farda da Brigada Militar e oferecem a vida pelo povo gaúcho. Esse pai perdeu a sua filha, o seu bem maior em detrimento da segurança pública. Jovens sonhadores ou veteranos curtidos pela peleja honram seu juramento de morrer pelo próximo. Por certo, a soldado Marciele Renata dos Santos Alves, de 28 anos, com sete anos de Brigada Militar, uma jovem sonhadora com a vida toda pela frente não será lembrada com um nome de rua. Uma jovem mulher, negra, não terá o seu rosto estampado em camisetas, não vai ter passeata em nome da soldado Marciele, não vai virar filme, não vai virar um *card*, não vai ter protesto fechando ruas e gritando pela sua morte. Por certo, a Vossa Santidade, o Papa, não vai ligar para a família, porque ela era militar, porque ela era policial militar, não terá as honras que assim deve ter da sociedade gaúcha, sociedade essa que esquece dos seus heróis. Parcela da sociedade que, muitas vezes, Presidente, é hipócrita ao gritar nas ruas de Porto Alegre que quer que a polícia militar acabe. Infelizmente, com o passar do tempo, a saudade dessa policial militar, que tem honra, que tem ética, que tem transparência, retidão de valores e atitudes, somente será sentida por seus pares, por seus irmãos de farda e por seus familiares. Será injustamente esquecida por aqueles que ela protege. Mas essa realidade cultural, senhores e senhoras, tem que ser mudada. É a polícia militar que está 24 horas, diuturnamente, no dia de Natal, no 1º do ano, no feriado, no sábado e no domingo, garantindo a segurança do povo gaúcho. É essa polícia militar que está democraticamente assegurando as manifestações de quem quer se manifestar e também de quem não quer. Todos somos soldado Marciele. A Brigada Militar sangra cada vez que um homem ou uma mulher fardados tombam no cumprimento do dever. Cada vez que um policial militar nosso morre, morre uma parte da sociedade, e é isso que nós temos que levar em conta, é isso que nós queremos que a sociedade gaúcha tenha em mente, que nós somos aquela instituição que faz a costura do sistema social, que garante

ao empresário abrir o seu empreendimento todos os dias, que garante que ônibus estejam nas ruas, que garante que as escolas estejam abertas, os postos de saúde, que famílias possam estar com segurança na rua. Essa realidade tem que mudar, estamos perdendo para a criminalidade, mas com toda a sociedade unida, seremos mais fortes. Queremos uma polícia militar valorizada, sendo cumprimentada nas ruas, uma polícia militar fortalecida com equipamentos, com viaturas e armamentos capazes de combater o bom combate. Não acabou e não vai acabar. Vida longa à nossa brigada militar. Todos somos soldados Marciele, e ela está presente aqui no dia de hoje. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações e, depois, prossegue sua manifestação por cedência de tempo do Ver. Reginaldo Pujol.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Presidente Ver. Reginaldo Pujol.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Início a minha fala, em nome da minha bancada, dando continuidade a fala da Ver.^a Comandante Nádia, trazendo aqui todos os nossos sentimentos a Marciele e a sua família, e a todos aqueles que tombam na defesa da sociedade. Mas quero falar aqui de outro contingente, que no Rio Grande do Sul, hoje, é em torno de 45 mil, que são os professores estaduais, que continuam sendo massacrados nas suas carreiras. Nesse momento, está lá na Assembleia o pacote do governo Eduardo Leite, e eu faço coro com o Ver. Cassiá e com o Ver. Valter Nagelstein, que aqui esteve. Se realmente quisermos defender a educação, temos que buscar nos deputados que lá estão a não aprovação do pacote, hoje, que retira direitos dos trabalhadores e achata ainda mais a vida dos 45 mil professores do Rio Grande do Sul. Terça-feira, houve assembleia no Estado do Rio Grande do Sul. Qual é a situação dos servidores nesse momento? Ainda não receberam o valor total do 13º salário de 2018 – não é o 13º salário de 2019. Todos eles tiveram e têm que retirar empréstimo no Banrisul, e quem arca com os custos desse dinheiro é o trabalhador, que não recebe e vai lá retirar empréstimo, fazer papagaio ou fazer bicos para poder sustentar a sua família.

Até outubro, no mês passado, são 47 meses de salários parcelados. Então, são 37 meses do governo Sartori, do MDB, Ver. Valter Nagelstein, que aqui me antecedeu defendendo os professores. São 10 meses do governo Eduardo Leite, que foi Prefeito de Pelotas, e que se elegeu com falas, dizendo que não atrasaria o salário de ninguém, muito menos dos professores, e que queria dialogar com a categoria. Então, o que está acontecendo é que são cinco anos de salários congelados do funcionalismo do Rio Grande do Sul. Como todos sabem, eu sou do Partido dos Trabalhadores, e o

governo Tarso foi o governo que deu os reajustes, inclusive para a segurança pública, talvez não aquilo que buscavam, mas aquilo que foi possível acordar dentro do processo. Não atrasou um dia o pagamento dos professores e de todo funcionalismo, nunca parcelou. E é isso que nós temos que discutir, esta é uma Casa política.

Portanto, dentro da carência de servidores hoje, nas escolas, na saúde, na segurança pública, no Rio Grande do Sul faltam sete mil professores; faltam professores em 32% das escolas estaduais do Rio Grande do Sul. Como é que nós queremos um processo de educação se não se dá as condições para que haja os professores necessários.

Então, o povo é quem paga a conta, sempre dobrado. Quando pagamos os impostos e não recebemos o serviço público que precisamos, é legítimo que os professores, que a estrutura se reivindique, e isso tem que haver diálogo.

O governo Eduardo Leite, no momento em que estava para receber o funcionalismo, viajou e não recebeu os funcionários públicos do Estado Rio Grande do Sul. Aqui à direita temos o Instituto de Educação General Flores da Cunha, no início da Av. Osvaldo Aranha, que é uma pérola da cidade de Porto Alegre, onde se formaram muitos homens e mulheres que hoje são autoridades no Estado e no Brasil. Bom, a minha amiga e companheira, por exemplo, a deputada Maria do Rosário se formou ali, assim como muitos dos nossos colegas vereadores. Olha como está o Instituto de Educação hoje – faz três anos que está abandonado, atirado às traças, caindo, e não há jeito de reinvestir para reestruturá-lo. Nesse sentido, o que acontece? Neste momento quero aqui, sim, fazer uma homenagem à Helenir Aguiar Schurer, presidente do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS-Sindicato, que, após a assembleia, conforme acordado com o gabinete do governador, saía da assembleia para ir até o Palácio, com toda a categoria, para entregar o plano de reivindicações e abrir um diálogo com o governador. O que aconteceu, Ver.^a Comandante Nádia? Lá estava a Brigada Militar, mas tenho certeza absoluta de que não é por desejo daqueles soldados, mas por ordens. Aí eu venho a questionar, neste momento, sobre de onde saiu uma agressão, não só à presidente – ali está o galo na sua cabeça –, que foi ao HPS, foram todos agredidos, enquanto estavam indo para entregar um documento ao governador. E quando digo isso não é a ação do soldado isolado, é uma orientação, é uma determinação. Bom, isso não dá, como é que nós queremos uma sociedade democrática, se não puder haver diálogo entre as pessoas? E nós estamos aqui justamente para poder construir isso, não deixar que a nossa sociedade rume para o entendimento ou a postura da violência, seja de um lado ou de outro. Eu acredito no diálogo entre as diferenças. Isso aqui se chama Parlamento, lugar de falar, lugar de conversar, lugar de acertar. Quantas vezes aqui nós tivemos temas divergentes; começamos a dialogar, a acertar – um cede de um lado, outro cede do outro, verifica e se constrói os consensos. Bom, quando não se constrói os consensos, atua-se pela maioria democrática. Então, a Helenir foi – não só ela – barbaramente agredida, professora. Professora, sim, prezado Ver. Valter. E na assembleia que teve aqui, os professores que estiveram aqui estavam defendendo, sim, uma visão pedagógica. Por que o Ver. Valter os condena? Porque o Ver. Valter é o autor do projeto da mordaca, a lei da mordaca, ou seja, o projeto de

escola sem partido. Quem estava aqui? Estava a diretora da Escola Prof. Larry Jose Ribeiro Alves, da Restinga; estava a presidente da ATEMPA; estava a presidência do Sindicato; estavam professores e professoras, mas que não aceitam a postura do autoritarismo nas suas relações. O que está em curso é a visão neoliberal, que é entregar os patrimônios públicos, que é entregar a riqueza nacional de mão beijada!

A conquista do pré-sal estava apontada para garantir 75% dos recursos para educação, 25% dos recursos para saúde, e, agora, foi entregue de mão beijada pelo atual Presidente, sem uma contrapartida. Nós temos que defender a soberania nacional! Antes de mais nada, a soberania nacional – é isso que nós precisamos defender!

Hoje teve aqui uma homenagem para a Marinha do Brasil, e o nosso projeto do submarino nuclear que, por uma visão errada, por não ter compreensão, está parado, está interrompido. Ou o Presidente brasileiro... E aqui hoje estamos recebendo as autoridades militares, com muito carinho. Como um presidente da república vai fazer continência para a bandeira americana? Não pode! Isso não pode! Nós temos que discutir aqui o estado neoliberal que retira direitos. Nós não podemos retirar direitos da conquista da sociedade. E esse plano neoliberal do estado mínimo, no Município; do estado mínimo, no Estado; e do estado mínimo, na União, não se justifica. Assim foi a justificativa quando houve a extinção das fundações e das empresas do Estado. Assim foi a justificativa com o aumento da alíquota do ICMS, ou seja, dos tributos municipais, no governo passado. Assim foi a justificativa para o regime de recuperação fiscal, para não pagar a dívida. A dívida não está sendo paga, e os salários continuam sendo parcelados e atrasados. Assim foi na privatização da Companhia de Energia Elétrica, Ver. Pujol, o senhor que é oriundo da CEEE. Assim foi com a ação para privatizar a Sulgás, a CRM, assim foi com a ação da venda do Banrisul. E aonde está o Brito que vendeu a CRT e nunca prestou contas? Hoje ele é consultor, ganhando milhões das companhias internacionais de telecomunicações. Quem passou a limpo isso? Ninguém passou a limpo isso. Isso é patrimônio público.

E agora não foram feitas as mudanças nas carreiras. E na Previdência? A Previdência, neste momento, e o governo Leite ameaça que o Rio Grande do Sul vi virar uma Grécia ou como Portugal. Diga-se de passagem, Portugal estava no fundo do poço, com os dois governos socialistas em Portugal, é o país que mais cresce na Europa hoje. Peguem os indicativos. E os brasileiros de classe média foram embora do Brasil para Portugal. Estão morando em Portugal, mas têm que morar no Brasil. Hoje eu não vejo mais ninguém bater panela porque a gasolina custa R\$ 4,90 ou R\$ 5,00 o litro; no governo Dilma era R\$ 2,90 o litro. Eu não vejo ninguém bater panela porque o dólar está R\$ 4,25; no governo Dilma era R\$ 2,80. Hoje o desemprego está em 13%, no governo Lula era 4%. É isso que nós precisamos discutir. Eu não quero aqui que ninguém goste do Lula ou da Dilma, mas eu quero aqui a justiça.

Nós temos, para concluir, um documento que rege a nossa igualdade, que se chama Constituição Brasileira. A Constituição Brasileira é a guardiã das nossas relações e da democracia; portanto, ela tem que ser cumprida. Não dá para qualquer juiz querer interpretar a Constituição e aplicá-la em detrimento da sociedade brasileira. E quem não sabe, hoje, que a indústria naval brasileira foi quebrada? Eu estive em Rio Grande na

semana passada e aquilo é um caos, o polo naval do Rio Grande do Sul que produziu as maiores plataformas e tinham 47 mil empregos lá. Hoje está atirado às traças. Eu poderia citar aqui a indústria pesada, poderia citar os meus colegas, os mais de 400 mil engenheiros que foram desempregados. Portanto, Ver. Pujol, quero fazer com os colegas esse debate. Um grande abraço a todos. Viva a democracia.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Antes de encerrar o período de Comunicações, esclareço, por equívoco, quando da transferência do comando dos trabalhos, que o tempo de Comunicação de Líder do Partido dos Trabalhadores já havia sido utilizado e, regimentalmente, abro mão da minha inscrição, em Comunicações, em favor da regularização do pronunciamento do Ver. Comassetto, em que pese não haver concordância nossa com os termos da manifestação.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0508/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 048/19, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação Cruzeiras de São Francisco – Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida.

PROC. Nº 0509/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 049/19, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que concede a Comenda Porto do Sol à Acompar – Ação Comunitária Participativa.

PROC. Nº 0532/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 051/19, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que concede o Prêmio Tradicionalista Glaucus Saraiva ao senhor Giovani Osorio Tubino.

PROC. Nº 0030/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 019/19, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que institui o Sistema de Depósito e Coleta Mecanizada de Lixeiras Subterrâneas no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0522/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 230/19, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que denomina Rua Gentil Claudionor de Souza Lopes o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Oito Mil e Quarenta e Sete, localizado no Bairro Chapéu do Sol.

PROC. Nº 0537/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 234/19, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Santo Elesbão o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil, Cento e Cinquenta, localizado no Bairro Restinga.

PROC. Nº 0552/19 – PROJETO LEI DO EXECUTIVO Nº 026/19, que regulamenta o serviço de utilidade pública de transporte fretado ou por fretamento de passageiros no Município de Porto Alegre previsto na Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998; altera a ementa e inclui o art. 5º-a na Lei nº 11.182, de 28 de dezembro de 2011.

PROC. Nº 0578/19 – PROJETO LEI DO EXECUTIVO Nº 030/19, que altera o *caput* e o parágrafo único do art. 1º, o *caput* do art. 9º e inclui os incs. I a IX ao *caput* e I a X ao parágrafo único do art. 1º, todos na Lei nº 11.242, de 4 de abril de 2012; altera a ementa, o *caput* do art. 1º, o §1º e o *caput* do art. 2º, o inc. I do art. 5º e o *caput* do art. 11 e inclui os incs. I a IV ao art. 1º e o art. 12-A na Lei nº 10.087, de 16 de novembro de 2006; altera o *caput* art. 3º da Lei nº 11.964, de 30 de novembro de 2015; altera o incs. I, II e III do art. 14 da Lei nº 11.400, 27 de dezembro de 2012.

PROC. Nº 0579/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 016/19, que estabelece normas gerais para o processo administrativo e normas especiais para a constituição de dívida não tributária no âmbito da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC); revoga os arts. 57, 58, 59, 60, 61, 64 e 65 da Lei nº 11.582, de 12 de fevereiro de 2014, e os arts. 19 e 20 da Lei nº 12.162, de 9 de dezembro de 2016.

PROC. Nº 0580/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 017/19, que altera a ementa, o *caput* do art. 1º, o inc. III e os §§ 4º, 5º e 6º do art. 2º, o *caput* e o inc. II do art. 3º, os incs. II, IV, V, VI e VII e o *caput* do art. 4º, o inc. X do art. 8º, os §§ 4º, 5º e 6º do art. 10; inclui o parágrafo único ao art. 1º, e o inc. XII ao art. 8º, e revoga o § 4º do art. 2º, o art. 6º e o inc. II do § 2º do art. 10, da Lei Complementar nº 798, de 10 de junho de 2016.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Como sou o único inscrito, abro mão de minha inscrição e declaro cumprida a Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h53min.)

* * * * *